

Política à Portuguesa

por Mário Soares

Portugal, como Espanha, tem um Governo de maioria socialista. Com um jovem primeiro ministro e líder do PS - o engenheiro José Sócrates - determinado, que tem mostrado saber o que quer, enérgico e lúcido. Fez, há uma semana, cem dias de Governo e mantém, nas sondagens, uma popularidade invejável: cerca de sessenta por cento dos portugueses acham a sua acção positiva.

Contudo, a situação económica e financeira que herdou - e a situação europeia e internacional - são francamente depressivas. Segundo as últimas previsões do Banco de Portugal, revistas em baixa, a taxa de crescimento do PNB português não deverá ir além de 0,5%. Tem isto a ver com o aumento do preço do petróleo, obviamente, mas também, dizem alguns, com medidas de redução do déficit financeiro, impostas pelo Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) e com o aumento do IVA. E os economistas e certos sindicatos acusam o Governo de não ter cortado suficientemente nas despesas públicas. Mas não é fácil cortar em sectores tão decisivos como a educação, a saúde, a protecção social aos idosos ou em obras públicas, capazes de contrariar a tendência para o crescimento do desemprego...

A sessão legislativa está no fim. O debate sobre "o estado da Nação", não correu mal para Sócrates. O país prepara-se para ir para férias, mais ou menos modestas, mas férias. A oposição de direita está dividida e singularmente enfraquecida. A sua governação coligada foi, em todos os sentidos, um desastre tremendo. O PP (partido popular, de direita) e o PSD (partido liberal, do centro direita) com novos líderes, respectivamente, Ribeiro e Castro e Marques Mendes, procuram não se atacar, mutuamente, mas fazem banda à parte. São políticos sensatos dado o que têm feito e dito, até agora - mas não adquiriram ainda o peso necessário para que as suas vozes se imponham.

Pelo seu lado, o PS não foi capaz de forjar ainda um entendimento mínimo à sua Esquerda. As culpas, provavelmente, são repartidas. Tanto o velho Partido Comunista como o novíssimo Bloco de Esquerda lutam pelo terceiro lugar, na escala partidária: a seguir ao PS (maioria absoluta) e ao PSD (o segundo maior partido, mas que não vai acima dos 30%).

Tanto o PCP como o Bloco de Esquerda (BE) procuram ganhar o voto do inevitável descontentamento contra o partido do Governo (PS). Mas nesse jogo imediatista perigoso privilegiam a tática contra uma estratégia de fundo de unidade de esquerda, que asseguraria à Esquerda largos anos no poder...

O regresso de férias, lá para Setembro, vai ser provavelmente penoso: o custo de vida a subir, bem como o desemprego, o que arrasta a inevitabilidade de uma acrescida agitação social - conjugada com o ruído da comunicação social, dominada por grupos económicos da direita - são factores suficientes para não fazer a vida fácil ao Governo. Tanto mais que se aproximam as eleições autárquicas (marcadas para 9 de Outubro) e as presidenciais (para Janeiro-Fevereiro de 2006). Trata-se de um conjunto de circunstâncias económico-financeiras, sociais e políticas que aconselham os estrategas do PS a definir, enquanto é tempo, um rumo claro, a meu ver, de entendimento à Esquerda, se quiserem assegurar uma permanência, a médio prazo, no poder - como seria tão vantajoso para Portugal, à semelhança, de resto, do que se está a passar em Espanha.

Com efeito, a vitória de uma coligação (difícil) na Galiza é um exemplo para Portugal - com todas as suas especificidades e diferenças - e abre um caminho que deve ser meditado. Aliás, a crise da União Europeia, provocada pelo não dos franceses e dos holandeses à Constituição Europeia e agravada certamente pela presidência britânica, obriga toda a Esquerda europeia a uma reflexão profunda, se houver vontade política para prosseguir o projecto de paz e o modelo social europeu, que são fundamento da identidade e da coesão europeia bem como a construção da União Política Europeia, como potência internacional, factor de equilíbrio, de contenção e de esperança, na cena mundial.

Não se trata de uma utopia, neste mundo sombrio, desumano e cruel da globalização desregulada. Trata-se de um caminho que a Esquerda Europeia deverá repensar e forçar, se quiser

ser ouvida e respeitada no Mundo. Um caminho que poderá ser pioneiro para Estados como Portugal e Espanha, dado terem Governos de Esquerda, críticos do neo-liberalismo, caminho que poderá ser estimulante e contribuir positivamente para a reflexão que se abriu entre todos os europeus - mesmo os da Europa de Leste - que sentem a necessidade de cortar cerce com o pensamento único neo-liberal, que tantos estragos tem produzido no mundo. Social-democratas, socialistas, trabalhistas, altero-mundialistas, comunistas, mulheres e homens que se reclamam do socialismo humanista, desembaraçado da sua perversão totalitária, que não querem limitar-se a acções de simples protesto e acreditam que é possível construir, solidariamente, um mundo mais justo e melhor, para todos os seres humanos.

Lisboa, 17 de Julho de 2005